

LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

*Native Languages of Brazil at the
Threshold of the XXI Century*

RESUMO O trabalho apresenta um breve panorama das línguas atualmente faladas no Brasil por povos indígenas que conseguiram sobreviver aos 500 anos de contato destrutivo com os não-índios. A relevância dessas línguas e de seu estudo é discutida, argumentando-se que, em contraste com a importância científica, usualmente enfatizada e utilizada para fundamentar a necessidade de pesquisas, a importância social via de regra é deixada em segundo plano. De fato, o próprio modo em que geralmente é feita a pesquisa linguística reproduz a assimetria das relações inter-étnicas. Na conclusão é apresentada a proposta, que atende às expectativas de representantes indígenas de distintos grupos, de desenvolver um trabalho emancipatório que busca não só a investigação “sobre” as línguas, ou mesmo “para” os falantes, mas antes de tudo “com” os falantes, tendo em vista propiciar a co-participação e um maior grau de controle sobre as ações relacionadas à língua, incluindo ações educacionais.

Palavras-chave línguas indígenas – diversidade – relevância científica – relevância social – pesquisa emancipatória.

ABSTRACT This paper presents a short panorama of the languages currently spoken in Brazil by the native peoples who were able to survive the 500 years of destructive contact with the non-Indians. The relevance and study of these languages is discussed by arguing that in contrast to the scientific importance that is usually emphasized and used to justify the need for research, the social aspect is given only secondary importance. In fact, the way in which the linguistic research is generally done reproduces the asymmetry of inter-ethnic relations. The conclusion presents a proposal for the development of a liberating practice that attends to the expectations of native representatives of distinct groups. The proposal attempts not only to investigate “about” the languages or “for” the speakers, but rather “with” the speakers, thereby offering the possibility of co-participation and a larger degree of control over the actions related to the language, including educational actions.

Keywords native languages – diversity – scientific relevance – social relevance – liberating research

LUCY SEKI
Doutora (PhD) em Filologia
(Línguas Indígenas Americanas) e
mestre em Filologia (Língua Russa e
Literatura) pela Universidade Patrice
Lumumba (Moscou). Professora
titular do Dep. de Linguística da Unicamp
lseki@obelix.unicamp.br

INTRODUÇÃO



Admite-se comumente que o povo brasileiro tem em suas raízes o branco, o negro e o índio, porém, no que respeita à real participação na história e cultura brasileira, a presença do índio é apagada ao máximo e, quando muito, o elemento indígena é visto como algo genérico. Uma recente manifestação do processo de exclusão sistemática do índio foi dada durante a celebração dos 500 anos. Um dos resultados do mencionado apagamento é o fato de que, no limiar do século XXI, ainda é bastante difundida a ideia de que o Brasil é um país monolíngüe e de cultura única. Entretanto, aos 500 anos de penoso contato, violências e discriminações, sobreviveram mais de duzentos povos indígenas, com suas crenças, costumes, organização social e visão de mundo próprios, falantes de cerca de 180 distintas línguas. É sobre essas línguas e a relevância social de seu estudo que o presente trabalho incide.

“Uma recente manifestação do processo de exclusão sistemática do índio foi dada durante a celebração dos 500 anos”

LÍNGUAS INDÍGENAS E O ETNOCENTRISMO

As línguas indígenas americanas, assim como as línguas nativas de outras regiões, com frequência receberam os qualificativos de “primitivas” ou “exóticas”. Esse preconceito está relacionado ao fenômeno comum do etnocentrismo, segundo o qual os indivíduos tendem a encarar todas as demais culturas através do prisma de sua própria, considerando como anormal, estranho ou exótico tudo aquilo que dela diverge.¹ Como colocado por Mattoso Câmara,

Em relação à língua o etnocentrismo ainda é maior, porque a língua se integra no indivíduo e fica sendo o meio permanente do seu contacto com o mundo extralinguístico, com o universo cultural que o envolve, de tal sorte que se cria uma associação íntima entre o símbolo linguístico e aquilo que ele representa.²

Essa colocação, válida para qualquer língua estrangeira, aplica-se mais intensamente às línguas indígenas, faladas que são por povos de culturas distintas da ocidental. Acresce que são línguas de tradição oral, o que parece implicar uma diferenciação maior, dada a importância da língua escrita nessa cultura.

Entretanto, como qualquer outra das cerca de seis mil línguas naturais existentes, as línguas indígenas são organizadas segundo princípios gerais comuns e constituem manifestações da capacidade humana da linguagem. Cada uma cons-

¹ LARAIA, 1986, p. 75.

² CÂMARA Jr., 1965, p. 84.

titui um sistema complexo, com um conjunto específico de sons, categorias e regras de estruturação, sendo perfeitamente adequada para cumprir as funções de comunicação, expressão e transmissão. Cada uma reflete em seu vocabulário “as distinções e equivalências que são de intenção na cultura da sociedade na qual ela opera”.³ E se as línguas indígenas apresentam propriedades diferentes de línguas indo-européias, isto implica simplesmente que elas são distintas do ponto de vista tipológico.

LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS E SEU ESTUDO⁴

A partir da chegada dos portugueses ao Brasil a existência de povos indígenas, bem como de suas línguas, tornou-se conhecida, mas não completamente. O primeiro contato ocorreu com povos tupi que ocupavam na época toda a costa brasileira e, com exceção do kariri, a língua falada por esses povos foi a única estudada nos primeiros trezentos anos de colonização. Os materiais lingüísticos existentes foram produzidos sobretudo por missionários jesuítas portugueses, entre os quais se destacam as figuras do padre José de Anchieta, que já em 1595 publicou uma gramática tupi,⁵ e a do padre Luis Figueira, autor de uma gramática sobre a mesma língua.⁶ Há também materiais produzidos por não missionários, destacando-se entre eles o francês Jean de Léry,⁷ que deixou observações sobre aspectos do tupi (o *ava-nheeng*, lit. “língua de gente”: *ava* ‘gente’, *nhe’eng* ‘fala, língua’).

As demais línguas, faladas por povos genericamente considerados como constituindo o grupo “tapúya” (tupi: ‘bárbaro, inimigo’), eram denominadas de “travadas”, de difícil entendimento, em contraste com o tupi jesuítico, o “nheen-gatu” (tupi: *nhe’eng* ‘língua’ + *katu* ‘bom’) a “língua boa”. Este último desenvolveu-se como ‘língua geral’ da colônia e ainda hoje sobrevive na região do Rio Negro.

Características principais dos materiais lingüísticos dessa época, já apontadas por Câmara Jr., são: 1. referem-se somente à língua tupi, uma generalização de variantes próximas, também chamada de *brasílica*, nos séculos XVI e XVII, e de *tupinambá*, a partir do século XVIII, e ainda de *tupi-guarani*; 2. focalizam a língua

³ LYONS, 1979, p. 57.

⁴ Nota do editor: utiliza-se neste texto a grafia de nomes de povos indígenas e de suas línguas de acordo com a convenção estabelecida em 1953 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Embora nem sempre seguida pela mídia em geral, tal convenção é utilizada rigorosamente por antropólogos, linguistas e indigenistas. Basicamente, os nomes de povos e línguas indígenas são invariáveis (“os kamaiurá” e não “os kamaiurás”, por exemplo): utilizam-se letras como k, w, y, que, embora não usuais em português, seguem uma tradição de mais de duzentos anos de grafia de termos em línguas indígenas; e utilizam-se acentos gráficos também de maneira diferente da proposta pelas regras de acentuação do português.

⁵ ANCHIETA, 1990.

⁶ FIGUEIRA, 1687.

⁷ LÉRY, 1980.

não pelo interesse nela, em si, enquanto objeto de estudo, mas com a finalidade prática de estabelecer um meio de comunicação com os falantes nativos e de promover sua catequese; 3. a língua é abordada com base no aparato conceptual então disponível — o de descrição das gramáticas clássicas, particularmente a latina.⁸

A ênfase dada ao estudo do tupi no Brasil colônia continuaria posteriormente através do desenvolvimento de uma “filologia tupi”: o estudo de materiais escritos em tupi, legados em especial por missionários, focalizando também a influência da língua no português, e o nheengatu, foi em grande parte responsável pela idéia, ainda hoje difundida, de que no Brasil havia o tupi, ou tupi-guarani, língua já extinta da qual se fala no passado, ficando a existência das demais línguas apagada.

Informações sobre línguas não tupi começaram a surgir no século XIX, através do trabalho de missionários e de estudiosos que estiveram em contato direto com os falantes nativos, por força de pesquisas voltadas para suas áreas particulares de interesse. Incluem-se aqui viajantes europeus (geógrafos, naturalistas, etnólogos), como von den Steinen, Wied-Neuwied, Martius, Castelnau, Koch-Grümburg, Manizer; brasileiros como Couto de Magalhães, Capistrano de Abreu, Visconde de Taunay e missionários como Val Floriana, A. Giaconi, Fidelis de Alviano. A. Kruse. Os trabalhos desse período tampouco tinham como objetivo central a abordagem da língua, em si, mas estavam subordinados aos interesses de catequese, no caso dos missionários, ou aos interesses específicos de cada pesquisador, nos demais casos. Os estudos consistem, via de regra, de listas lexicais, sendo raras as tentativas de descrição de aspectos gramaticais, e as transcrições eram, com poucas exceções, precárias, impressionísticas. Ao mesmo tempo, nesse período foi dada atenção a outras línguas, que não o tupi, e os materiais produzidos permitiram análises comparativas que serviram de base para o trabalho de classificação inicial de nossas línguas e, muitas vezes, constituem a única informação existente sobre línguas hoje extintas. Com relação aos materiais sobre línguas indígenas brasileiras produzidos até a primeira metade do século XX, cumpre notar que alguns trabalhos, como o de Anchieta, sobre o tupi, o de Steinen, sobre o bakairi, e o de Capistrano, sobre o kaxinawá, são reconhecidos como mais elucidativos do que muitos produzidos por lingüistas contemporâneos.

A preocupação quanto ao estudo científico das línguas indígenas brasileiras aparece nos anos 30, em colocações como as de José Oiticica,⁹ nas quais se criticava a orientação existente e se preconizava a necessidade de proceder à documentação sistemática dessas línguas. Contudo, nessa época, embora a lingüística estivesse em fase de grande desenvolvimento no exterior, ainda inexistia no Brasil. O quadro ins-

⁸ Ver CÂMARA Jr., 1965, e RODRIGUES, 1998, para detalhes, e também AYROSA, 1954, para bibliografia.
⁹ OITICICA, 1933.

titucional de nossas universidades só previa o ensino de línguas clássicas e línguas literárias modernas, dentro de uma orientação profissionalizante que não dava lugar à pesquisa. De fato, o processo de implementação da lingüística somente ocorreria a partir dos anos 60, e o desenvolvimento, dentro da disciplina, de um campo dedicado aos estudos de línguas indígenas foi retardado por vários fatores,¹⁰ entre eles a vinda para o Brasil do Summer Institute of Linguistics (SIL), também conhecido como Instituto Lingüístico de Verão, sendo ainda referido como “Summer”, uma instituição missionária que faz uso do trabalho lingüístico como roupagem e meio de desenvolver seu trabalho de catequese.

O ingresso do SIL no País ocorreu em fins dos anos 50, através de um convênio com o Museu Nacional, e recebeu apoio no meio antropológico, pois esperava-se que os lingüistas do Summer não só tomariam a si a tarefa de descrever as línguas indígenas, “salvando-as” para a posteridade, como também iriam contribuir para a formação de lingüistas brasileiros. De fato, esta última expectativa não se confirmou: os lingüistas brasileiros que trabalham com línguas indígenas receberam formação ou no exterior ou em instituições brasileiras, sob a orientação de brasileiros. Somente no início lingüistas do SIL prestaram alguma colaboração, conduzindo cursos nas instituições a que o Instituto esteve ligado – o Museu Nacional e a UNB, e tiveram uma participação em outros tipos de atividades na vida acadêmica,¹¹ porém a tendência geral foi de afastamento em relação aos lingüistas brasileiros. No que respeita à documentação de nossas línguas, houve uma contribuição por parte do SIL. Contudo, embora significativo, o número de trabalhos produzidos até hoje fica aquém do esperado, considerando-se o período abrangido, as excelentes condições de pesquisa disponíveis e o tempo despendido pelos lingüistas do Summer junto às comunidades falantes das línguas. No que se refere à qualidade, embora a produção seja variável, de modo geral os resultados deixam a desejar. Conforme Yonne Leite, o problema incide sobretudo sobre

(...) a falta de uma visão de conjunto da língua estudada: os trabalhos abordam aleatoriamente aspectos cuja relevância não fica patente de imediato. Assim, tem-se ora uma descrição sobre o verbo em Terêna, ora notas sobre os substantivos em Kayabi, uma fonêmica Xerente e uma descrição de aspectos do Xavante. Inexiste o material que os estudiosos de línguas em geral e antropólogos tanto almejam: uma gramática com terminologia descritiva acessível e dicionários.¹²

¹⁰ SEKI, 2000.

¹¹ LEITE, 1981, p. 61.

¹² *Ibid.*, p. 63.

A partir da década de 80 a lingüística indígena experimentou um grande desenvolvimento, com o crescimento do número de lingüistas brasileiros engajados no estudo de nossas línguas e na formação de especialistas, registrando-se um aumento quantitativo e qualitativo na produção resultante do trabalho desses lingüistas. Em grande parte, os especialistas estão também envolvidos em programas de formação de professores indígenas, incluindo, em muitos casos, o treinamento em lingüística.¹³

AS LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS E SUA DIVERSIDADE

Atualmente 180 línguas indígenas são faladas no Brasil. De fato, não há absoluta certeza quanto ao número, o que se deve às dificuldades inerentes à definição técnica do que seja propriamente uma língua (em relação a dialeto, formas antigas e modernas etc.), agravadas pela carência ainda existente de informações sobre as línguas e seus falantes.

Estima-se que, no decorrer dos 500 anos de colonização, cerca de mil línguas se perderam¹⁴ devido ao desaparecimento físico dos falantes, em decorrência de epidemias, extermínio direto, escravização, redução de territórios, destruição das condições de sobrevivência e aculturação forçada, entre outros fatores que sempre acompanharam as frentes de expansão desde o período colonial até nossos dias. Um exemplo atual é o caso de avanço sobre a área Terra do Sol, em Roraima, habitada pelos grupos indígenas makuxi, wapixana, ingarikó e taurepang.¹⁵ A extensão da perda pode ser claramente visualizada através da localização atual de grupos e línguas indígenas: estão concentrados nas regiões Amazônica e Centro-Oeste, nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins e, em menor proporção, em outros Estados, tendo desaparecido na prática totalidade da região Leste, de Norte a Sul do País, e mesmo em parte da Amazônia. Para ficar em um exemplo, mencionamos a família lingüística botocudo, uma das mais extensas do Brasil, cujos falantes ocupavam no passado toda a região compreendida entre o Rio Pardo, na Bahia, e o Rio Doce, em Minas Gerais e Espírito Santo, e que hoje está reduzida a um único grupo, o krenak-nakrehé.

O número ainda existente de línguas indígenas brasileiras representa uma grande diversidade lingüística. Ainda que com base em materiais ainda em muito deficitários, foi possível estabelecer uma classificação genética dessas línguas, agrupando-as em famílias e troncos lingüísticos indicados no quadro 1 (apêndice).

¹³ SEKI, 2000, contém um levantamento de instituições brasileiras nas quais se desenvolve o estudo de línguas indígenas e da produção de não missionários sobre essas línguas.

¹⁴ RODRIGUES, 1993.

¹⁵ ALMEIDA, 2000.

O tronco tupi, estabelecido bem claramente, é um dos grandes agrupamentos, ao lado do tronco macro-jê e das famílias aruák, karib e páno. É constituído por sete famílias genéticas: tupi-guarani (com 33 línguas e dialetos no Brasil), mondé (com sete línguas), tuparí (com três línguas), juruna, mundurukú e ramarána (cada uma com duas línguas), incluindo ainda três línguas isoladas no nível de família: awetí, sateré-mawé e puruborá. A família tupi-guarani caracteriza-se por grande dispersão geográfica: suas línguas são faladas em diferentes regiões do Brasil e também em outros países da América do Sul (Bolívia, Peru, Venezuela, Guiana Francesa, Colômbia, Paraguai e Argentina). As demais famílias do tronco tupi estão todas localizadas em território brasileiro, ao sul do Rio Amazonas.

No tronco macro-jê, definido com base em evidências menos claras, são incluídas cinco famílias genéticas: jê (com 27 línguas e dialetos), bororo (com duas línguas), botocúdo (com uma língua), karajá e maxakalí (com três línguas cada), e ainda quatro línguas: quató, ofayé, rikbaktsá e yatê ou fulniô. As línguas (e dialetos) filiadas a esse tronco, exclusivamente brasileiro, são faladas em particular em regiões de campos e cerrados, desde o sul do Maranhão e do Pará, passando pelos Estados do Centro-Oeste até do Sul do País.

A família karib é representada, no Brasil, por 20 línguas, distribuídas ao norte do Rio Amazonas, nos Estados do Amapá, Roraima, Pará e Amazonas, e ao sul do Rio Amazonas, ao longo do Rio Xingu. Outras línguas dessa família são faladas nas Guianas e na Venezuela.

Dezessete línguas representam a família aruák (ou arawák) no Brasil, sendo faladas nas regiões noroeste (Estados do Amapá, Roraima, Acre e Amazonas) e oeste (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). A família inclui outras línguas faladas fora de território brasileiro.

A família pano abrange 13 línguas faladas no Brasil, nos Estados do Acre, Rondônia e Amazonas, ainda muito pouco estudadas, além de outras faladas no Peru e na Bolívia.

Outras famílias lingüísticas são: o tucano, com 11 línguas e vários dialetos; arawá, com sete línguas; makú, com seis línguas; katukína e yanomâmi, cada uma com quatro línguas; txapakúra e nambikwára, com três línguas cada; mura, com duas línguas e guaikurú, com uma língua falada no Brasil.

Há ainda 10 línguas indígenas classificadas como isoladas, isto é, como constituindo tipos lingüísticos únicos: tikúna, irantxé/münkü, trumái, máku, aikaná, arikapú, jabutí, kanoê e koaiá ou kwazá.

Também do ponto de vista tipológico as línguas indígenas brasileiras são diversificadas, no que respeita tanto à organização dos sistemas de sons quanto à estrutura gramatical.

Há línguas com sistemas vocálicos orais de três fonemas, como o kulína (arawá); de quatro fonemas, como o baré (aruak) e o kaxinawá (pano); de cinco, como o yawalapití (aruak), o tapirapé (tupi-guarani); e de seis, como o kamaiurá (tupi-guarani). Línguas do tronco macro-jê apresentam, em geral, sistemas de nove vogais orais, como o xerênte e o kaingáng, ou de dez vogais, como o kayapó e o apinayé, por exemplo.¹⁶ Algumas línguas, como o juruna (família juruna), o mundurukú (família mundurukú), o gavião e outras da família mondé, todas do tronco tupi, ou o tikúna (isolada) apresentam tons contrastivos. O gavião está entre as línguas em que também a duração vocálica é contrastiva. Vejamos-se os exemplos a seguir, do juruna¹⁷ e do gavião:¹⁸ o tom alto é indicado por acento agudo e o tom baixo não é marcado; vogais longas são representadas por seqüência de vogais iguais:

- (1) lahú 'mutum cavalo'
 lahu 'arraia'
- (2) aka 'seu (próprio) corpo'
 aaka 'matar-se'

Os sistemas de sons são também diversificados no que concerne às consoantes. Assim, o kamaiurá (família tupi-guarani), por exemplo, apresenta uma série de oclusivas surdas (labial **p**, dental **t**, velar **k** e oclusiva glotal **ʔ**) em oposição a consoantes nasais nos três primeiros pontos de articulação (**m**, **n**, **ɲ**), estando ausente a série de oclusivas vozeadas (b, d, g). Já o sistema do kadiwéu (família guaikurú) opõe consoantes surdas e vozeadas, abrangendo, além das labiais (**p/b**), dentais (**t/d**), palatais (**tx/dj**) e velares (**k/g**) também as uvulares (**q/G**). O krenák (família botocúdo) contrasta uma série de consoantes surdas, (**p**, **t**, **tʂ**, **k**), uma série de nasais sonoras (**m**, **n**, **•**, **ɲ**) e uma série de nasais surdas (**m̥**, **n̥**, **ɲ̥**, **ɲ̥**).

Passando a diferentes modos de organização gramatical em relação ao português, várias línguas apresentam, no âmbito da primeira pessoa plural, uma distinção entre primeira pessoa inclusiva ('nós, incluindo o interlocutor') e primeira pessoa exclusiva ('nós, excluindo o interlocutor'). A distinção é marcada tanto nos pronomes livres, quanto nos marcadores de pessoa junto ao verbo, como nos seguintes exemplos do kamaiurá:¹⁹

- (3) a.(jene) ja-maraka
 (nós Incl.) 1.a incl-cantar
 '(nós, incluindo você) cantamos'

¹⁶ FARGETTI, 1988.

¹⁷ Idem, 1992.

¹⁸ MOORE, 1982.

- b. (ore) oro -maraka
 (nós Excl) 1.a excl-cantar
 '(nós, excluindo você) cantamos'

É comum nas línguas brasileiras a presença da categoria de posse nos nomes, a qual provê uma classificação dos itens lexicais em três subclasses semânticas, que se diferenciam pelo comportamento morfológico e sintático de seus membros: a dos inalienáveis (em geral termos para relações de parentesco e para partes de um todo), dos alienáveis (incluem nomes de utensílios domésticos, ferramentas e alguns tipos de armas) e dos não possuíveis (nomes de pessoas, animais, plantas, fenômenos da natureza). Os inalienáveis somente ocorrem com a indicação do possuidor, diferentemente dos alienáveis, que podem dispensar, e dos não possuíveis, que não admitem essa indicação. Esse é o modo em que se manifesta formalmente a distinção entre as três classes em algumas línguas, como o kamaiurá.

- (4) Kamaiurá: i-nami 'orelha dele' * nami
 kie 'facão' i- kie 'facão dele'
 parana 'rio' *i-parana

Em outras, como o ikpéng, da família karíb, os nomes possuíveis são especialmente marcados com sufixos de posse,²⁰ e há outras línguas, como o suyá, da família jê, em que a posse alienável é assinalada por prefixo.²¹ Observe-se em (5) que no ikpéng empréstimos são marcados para a categoria:

- (5) Ikpéng: g-eng-ru 'meu olho'
 1sg-olho-Gen
 g-amigu-n 'meu amigo'
 1sg-amigo-Gen
- (6) Suyá: i-nã 'minha mãe'
 i-ŋ̃ -tewe 'meu peixe'

Muitas línguas indígenas marcam o 'gênero' diferentemente do português, com base não em distinções de sexo, mas em outros traços, como a forma dos ob-

¹⁹ Neste trabalho todos os dados do kamaiurá são de SEKI, 1997a e 1997b. As seguintes abreviaturas são usadas nas glossas dos exemplos: **Admir**: 'admirativo'; **Ass**: 'assertivo'; **Atest**: 'atestado'; **Aud**: 'auditivo'; **Cauc**: 'caucional'; **Cert**: 'certeza'; **F**: 'foco'; **Fem**: 'feminino'; **Fut**: 'futuro'; **Ger**: 'gerúndio'; **Infer**: 'inferencial'; **Interj**: 'interjeição'; **Masc**: 'masculino'; **MEst**: 'mudança de estado'; **Part**: 'partícula'; **Pot**: 'potencial'; **Prev**: 'previativo'; **Prob**: 'probabilidade'; **Rep**: 'reportivo'; **Vis**: 'visual'; **1sg**: 'primeira pessoa do singular'; **1.a excl**: 'primeira pessoa exclusiva'; **1.a incl**: 'primeira pessoa inclusiva'; * indica não aceitabilidade.

²⁰ PACHECO, 1997, p. 34.

²¹ SANTOS, 1997.

jetos.²² Os exemplos a seguir²³ contêm alguns dos classificadores da língua mundurukú (os números indicam os tons): -ba⁴: 'braço; objeto longo, roliço e rígido'; -di³: 'água; coisa líquidas'; -da² 'semente'; -ʔa²: 'cabeça; coisa arredondada'. Observe-se que empréstimos são incluídos em uma determinada classe, passando a receber o classificador correspondente:

(7)	a ² ko ³ -ba ⁴	'banana (fruta)'
	ka ³ pe ² -di ³	'café (líquido)'
	ka ³ pe ² -da ²	'café (em grão)'
	ba ³ si ² a ³ -ʔa ²	'bacia'

Outras línguas assinalam a distinção de sexo do falante. Este é o caso do karajá (tronco macro-jê), em que os itens lexicais na fala das mulheres geralmente incluem segmentos (consoantes, sílabas) que estão ausentes na fala dos homens, como nos exemplos seguintes.²⁴ Incluem-se entre eles empréstimos oriundos do português ('cavalo', 'café'), os quais sofrem adaptação fonológica e, em alguns casos, manifestam a mencionada distinção:

(8)	Fala feminina	Fala masculina	
	kuɛ	uɛ	'capivara'
	anõna	aõna	'coisa'
	hawɔkɔ	hawɔ	'canoa'
	kawaru	awaru	'cavalo'
	kabe	abe	'café'

Já na língua kamaiurá (tupi-guarani) o sexo do falante é indicado por meio de partículas finais de sentença, próprias de cada sexo. Os dados a seguir contêm as partículas **ka** 'falante masculino' e **kĩ** 'falante feminino', ambas indicativas de que o falante se dirige a si mesmo:

(9) a-juka rape ka
1sg-matar Cauc Masc
'acho melhor matá-lo'

(10) a-juka rape kĩ
1sg-matar Cauc Fem
'acho melhor matá-lo'

²² LYONS, 1979, cap. 7.

²³ GONÇALVES, 1987.

²⁴ BORGES, 1997.

Em kamaiurá (e outras línguas indígenas) há recursos morfossintáticos usados para marcar a atitude do falante em relação ao conteúdo do que enuncia, permitindo-lhe reforçar ou modular suas asserções e comandos, indicar a fonte da informação, assumindo ou não a responsabilidade pelo seu conteúdo e também assinalar o modo de acesso ao conhecimento do que reporta. Considerem-se os seguintes exemplos com o verbo ir:

- (11) a. a -ha *koʔit*
1sg-ir MEst
'estou indo' (forma de despedida)
- b. a-ha *korin*
1sg-ir Fut
'eu irei'
- c. oʔiran a-ha = n
amanhã 1sg-ir = Pot
'amanhã irei [tenciono ir]'
- d. a -ha = *ne* ko p̄i
1sg-ir = Ass Part Masc
'eu irei [afirmo que]'
- e. a -ha *ete* = n
1sg-ir Cert = Pot
'eu irei [com certeza]'
- f. a-ha *nipe* = n
1sg-ir Prob = Pot
'eu irei [provavelmente]'

Nos exemplos a seguir a partícula *rak* 'atestado' indica que o falante se apresenta sendo ele mesmo a fonte da informação, ao passo que a partícula *je* 'reportivo' assinala que está reportando informação proveniente de outrem:

- (13) a. amonawa tete *rak* o-ho koʔit
kalapalo somente Atest 3-ir MEst
'somente o kalapalo foi'
- b. amonawa tete *je* o-ho koʔit
kalapalo somente Rep 3-ir MEst
'diz que somente o kalapalo foi'

No conjunto de dados em (14) exemplifica-se o uso de partículas que permitem ao falante indicar os diferentes modos de acesso ao conhecimento da informação que transmite. A partícula (*i*)*nip(e)*, que também exprime probabilidade,

possibilidade, aparece em (14)a. com valor inferencial, assinalando que o falante baseia sua asserção em índices sensoriais observáveis, no momento do enunciado, de eventos dos quais não teve experiência direta. As partículas *po* 'auditivo' e *(e)he* 'visual' indicam respectivamente inferência a partir de percepção auditiva e visual. Já a partícula *heme* 'previativo' aponta para uma evidência que esteve disponível anteriormente, mas que está ausente no momento da fala:

- (14) a. amana *nipe* rak o-kît
 chuva Infer Atest 3-chover
 'deve ter chovido' [inferido através de sinais de chuva]
- b. awa te *po* o-ʔut
 gente Foco Aud 3-vir
 'vem gente [inferido pelo ruído de passos]'
- c. āāā je = rajira te = *he* = pa
 Interj. 1sg = filha F = Vis = Admir?Masc
 'ah! é mesmo minha filha [ao olhar o rosto da menina]'
- d. mōia rak i-uʔu-me *heme* pa
 cobra Atest 3-morder-Ger Prev Admir?Masc
 'foi cobra que o mordeu [eu vi; a cobra já fugiu]'

As línguas indígenas brasileiras são também variadas no que respeita à ordem dos constituintes na sentença. Focalizando-se a sentença transitiva independente e seus constituintes básicos – o sujeito (S), o verbo (V) e o objeto direto (O), há línguas com os padrões svo, comum em línguas europeias, e sov, característico também para outras línguas do mundo, como o Japonês e o Turco, por exemplo. Outras línguas apresentam as ordens ovs, osv, vos e vso, consideradas raras e/ou não atestadas nas línguas do mundo.²⁵ Seguem alguns exemplos:

- SVO
- (12) svo: yanumaka aitxapai teme (Waurá²⁶)
 onça comendo anta
 'a onça está comendo a anta'
- SOV
- sov: wararuwijawa mōia o-uʔu (Kamaiurá)
 cachorro cobra 3p.-morder
 'o cachorro mordeu a cobra'

²⁵ GREENBERG, 1963.

²⁶ MORI, A.C., comunicação pessoal.

OSV
OSV: ïwa ata mapuruka (Apurinã²⁷)
ele nós arrancar
'nós o arrancamos'

OVS
OVS: toto y-ahosi-ye kamara (Hixkariana²⁸)
homem 3-pegar-Tempo onça
'a onça pegou o homem'

POR QUE ESTUDAR LÍNGUAS INDÍGENAS?

A importância do estudo de línguas indígenas pode ser colocada sob dois aspectos fundamentais: o científico e o social. Do ponto de vista científico, a relevância das línguas indígenas e sua pesquisa fica evidente diante da consideração de que a lingüística busca compreender a natureza da linguagem humana, fenômeno que se caracteriza pela unidade na diversidade, manifestando-se em cada língua de forma particular e única. Assim, o estudo das diferentes manifestações é importante para o conhecimento da linguagem humana, podendo contribuir seja confirmando hipóteses teóricas formuladas com base em dados de línguas conhecidas, predominantemente indoeuropeias, seja estimulando a introdução de reajustes ou a busca de novas propostas teóricas que possam explicar fenômenos revelados pelo estudo e não considerados até então. Nesse sentido, a pesquisa de qualquer língua é relevante para o desenvolvimento da ciência. As línguas indígenas despertam interesse especial não por serem "exóticas", mas por serem diversificadas e estarem entre as menos conhecidas da ciência, do que decorre a expectativa de que possam apresentar propriedades ainda não observadas em línguas de outras regiões. Isso vem se confirmando através de estudos já feitos sobre essas línguas.

Nos últimos anos a importância da diversidade lingüística tem sido abordada no contexto da diversidade em geral, enfatizando-se a compreensão das línguas como parte intrínseca da cultura, da sociedade e visão de mundo dos falantes, bem como o fato de que a perda de línguas tem como conseqüência o desaparecimento dos sistemas de conhecimentos que elas refletem e expressam. Ao mesmo tempo, a compreensão de que o processo de perda de línguas é determinado por fatores de ordem política e social sobre os quais os lingüistas não têm controle tem servido de base para uma postura que focaliza a relevância científica do estudo das línguas indígenas e sua "preservação" enquanto objeto da lingüística. Uma conseqüência é

²⁷ FACUNDES, 2000.

²⁸ DERBYSHIRE, 1979.

a postulação de que um grande esforço deve ser feito tendo em vista documentar as línguas ameaçadas.

Assim, para Ladefoged a tarefa primordial seria a de gravar “para a posteridade as estruturas fonéticas de algumas línguas que não estarão aqui por muito tempo”.²⁹ Segundo Robins e Uhlenbeck, “a extinção das línguas afeta seriamente a base da Lingüística, da Lingüística Geral assim como dos estudos históricos, comparativos e tipológicos” e, portanto, os lingüistas, enquanto profissionais, não podem ficar à margem da questão relacionada ao futuro da ciência.³⁰ Outros, como Krauss,³¹ estabelecem um paralelo entre as perdas da diversidade lingüística e de espécies biológicas, do que decorre a necessidade de estudar as línguas indígenas enquanto espécies que devem ser preservadas tendo em vista assegurar a diversidade cultural e intelectual da humanidade. Considere-se ainda a nota incluída em um encarte do *International Journal of American Linguistics* (IJAL): “As línguas e culturas americanas são mortais. Com sua ajuda o IJAL pode ajudar a mantê-las vivas”. O pressuposto é que as línguas indígenas são fadadas ao desaparecimento e que a descrição de uma língua é capaz de “preservá-la”. De fato, a língua é um fenômeno histórico, em constante movimento, e uma descrição pode apenas fixar um determinado estágio de sua existência. Ao mesmo tempo, por válidas que sejam sob o ângulo científico, as mencionadas colocações são discutíveis, visto que não contemplam, ou quando muito deixam em segundo plano, a questão da relevância do estudo das línguas do ponto de vista dos interessados diretos que são os falantes.

Entretanto, há muitos lingüistas que se preocupam não só com a ciência, mas também com o aspecto social da questão, e colocam a necessidade de estudar as línguas minoritárias tendo em vista contribuir para auxiliar as comunidades que assim o desejarem no sentido de preservar e/ou revitalizar suas línguas e sistemas de conhecimentos. Algumas medidas sugeridas são a produção de materiais resultantes da investigação lingüística (descrições de boa qualidade, dicionários, coletâneas etc.), a atuação contra fatores que levam ao abandono da língua, o desenvolvimento de atividades que propiciem a restauração da auto-estima e de uma atitude positiva em relação à língua e à cultura e que contribuam para o fortalecimento das mesmas bem como para despertar a consciência crítica, de modo a permitir um melhor entendimento e avaliação da sociedade envolvente. A esse respeito, um importante papel tem sido atribuído à ação educacional, envolvendo a elaboração de escrita e a alfabetização em língua materna e que, se não é capaz, por

²⁹ LADEFOGED, ano e pág.

³⁰ ROBINS & UHLENBECK, 1991, p. 13.

³¹ KRAUSS, 1992, p. 4.

si, de reverter o processo de desaparecimento de línguas, pode desempenhar um papel fundamental no apoio aos movimentos de revitalização lingüística e cultural.

Tem-se em vista aqui não programas de educação bilingüe de “transição”, que introduzem o trabalho com a língua indígena apenas durante um curto período de tempo, como uma ponte para o ensino do português, mas programas de educação bilingüe diferenciada, voltados para a auto-afirmação da identidade através da (re)valorização das línguas e culturas indígenas e que, ao mesmo tempo, buscam propiciar o domínio efetivo do português enquanto instrumento proporcionador da troca de experiências com o mundo não indígena e da aquisição e manipulação dos conhecimentos desse mundo em benefício próprio.

Ocorre que tradicionalmente tanto a pesquisa de línguas indígenas quanto o desenvolvimento de ações educacionais são realizados por representantes da sociedade dominante, que detêm o monopólio sobre as técnicas de investigação e aos quais cabe definir os aspectos a serem investigados, assim como a forma de apresentação dos resultados, sendo as decisões determinadas por fins acadêmicos ou religiosos, geralmente alheios aos interesses das comunidades. Em geral os falantes não têm participação ativa na pesquisa, cabendo-lhes apenas produzir enunciados em sua língua conforme elicitados pelo pesquisador. Ainda assim há casos em que o pesquisador se queixa de ter de investir doses de “bondosa paciência” ao tentar extrair “dados úteis das bocas de falantes nativos freqüentemente indiferentes”.³² Uma vez finda a pesquisa, cessam as visitas necessárias à coleta de dados, e não raro o pesquisador desaparece. Os resultados de seu trabalho são apresentados em reuniões científicas e/ou publicados em forma hermética, o que torna seu uso difícil ou impossível a não-lingüistas. No caso de missionários, o conhecimento resultante da pesquisa é usado como instrumento para impor crenças religiosas, o que vem inevitavelmente acompanhado da desvalorização das crenças e destruição da cultura indígena.

Desse modo, a pesquisa lingüística reproduz a assimetria das relações interétnicas, ou, de outro modo, constitui uma manifestação dessa assimetria. De fato, no decorrer do processo de contatos interétnicos os índios têm sido sistematicamente expropriados de seu passado histórico e de sua identidade cultural específica. Da mesma forma, no decorrer da pesquisa lingüística, embora esta se dê com falantes de línguas específicas, tem-se uma situação em que os falantes são apagados ao máximo, ficando no geral reduzidos a meros instrumentos necessários para fornecer dados e intuições sobre suas línguas, dados estes que é preciso documentar com urgência já que os falantes são considerados como não tendo pos-

³² EVERETT, 1992, p. 58.

sibilidades futuras. Também no que respeita às ações educacionais há o ponto de vista bastante generalizado (adotado por missionários do SIL e também por alguns lingüistas brasileiros) de que a introdução da escrita em língua indígena depende totalmente de um especialista externo que, tendo feito uma investigação exaustiva da língua, é capaz de elaborar o sistema de escrita, os materiais didáticos e seus conteúdos, tomar decisões sobre o currículo etc. Dessa maneira, todo o processo é imposto de fora, ficando os falantes uma vez mais excluídos.

Obviamente, a participação ativa dos falantes no trabalho de investigação de suas línguas e na condução do processo educacional implica a necessidade de apropriação, por parte deles, do conhecimento especializado, tendo em vista desenvolver a reflexão sobre suas línguas, a conscientização sobre o seu funcionamento e sua importância enquanto meio de identificação, expressão e transmissão.

CONCLUSÃO

As considerações feitas levam a concluir quanto à necessidade de desenvolver um trabalho emancipatório (de *empowerment*), isto é, um trabalho que busca não só a investigação “sobre” as línguas, ou mesmo “para” os falantes,³³ mas antes de tudo “com” os falantes, inclusive compartilhando com eles o conhecimento lingüístico.

A proposta acima delineada e fundamentada vem sendo aplicada e amadurecida em nossa prática tanto de pesquisa, quanto de assessoria a projetos de formação de professores índios, particularmente em Rondônia, com os tuparí, e no Parque Indígena do Xingu, com distintos povos. Contudo, ela reflete não apenas uma concepção pessoal, mas atende às expectativas de representantes indígenas. Do mesmo modo que nos últimos anos as comunidades vêm crescentemente se mobilizando no que se refere a reivindicações quanto a programas de educação diferenciada e de formação de professores, embora de maneira ainda um tanto tímida, têm também reivindicado uma participação efetiva na condução dos processos educacionais, bem como de investigação de suas línguas e culturas.

³³ CAMERON *et al.*, 1993.

APÊNDICE

*Línguas Indígenas do Brasil (classificação)*³⁴

1..Agrupamentos maiores

TRONCO	FAMÍLIA	LÍNGUA
TUPI	Tupi-guarani	Akwáwa Asurini do Tocantins (asurini do trocará, akwáwa) ^a Suruí do Tocantins (mudjetire) Parakanã Amanyé Anambé Apiaká Araweté Asurini do Xingu (asurini do coatiema, awaeté) Avá (canoeiro) Guajá Guarani Kaiwá (kayová) Mbiá (mbüá, mbyá, guarani) Nhandéva (txiripá, guarani) Kamayurá Kayabí Kokáma L. geral amazônica (nheengatu, tupi moderno) Omágua (kambéba) Parintintin Diahói Júma Parintintin kaguahiv Tenharin Tapirapé Tenetehára Guajajára Tembé Uruewauwáu Urubú (urubú-kaapór) Wayampí (oyampi) Xetá
	Arikém	Karitiána

³⁴ Fontes: RODRIGUES, 1986, e ERIKSON, 1994.

Juruna	Juruna (yurúna) [yudjá – LS] ^b Xipáya
Mondé	Aruá Cinta-Larga Gavião (ikōrō, digūt) Mekém Mondé (sanamakā, salamāi) Surui (païter) Zoró
Mundurukú	Kuruáya Mundurukú
Ramaráma	Arara (urukú, karo) Itogapúk (ntogapid)
Tupari	Makuráp Tupari Wayoró
(Outras línguas)	Awetí Puruborá Mawé (Sateré)

a. Os nomes deslocados à direita referem-se a dialetos.

b. Os termos incluídos entre chaves e seguidos de LS foram acrescentados pela autora.

MACRO-JÊ	Jê	
		Akwén (akwè)
		Xakriabá (xikriabá)
		Xavante (a' wè)
		Xerente (akwè)
		Apinayé
		Kaingang (coroado)
		Kayapó
		Gorotire
		Kararaó
		Kokraimôro
		Kubenkrangnotí
		Kubenkrankêgn
		Mekrangnotí
		Tāpayúna
		Txukahamāe (mentuktire)

Xikrin (xikri)
Kren-akarore [Panará – LS]
Suyá
Timbira
Canela apãniekrá
Canela Ramkókamekrá
Gavião do Pará (Parakáteye)
Gavião do Maranhão (pukobyé)
Krahô
Krëyé (krenyé)
Krikati (krinkati)
Xoklêng (aweikoma)

Bororo Borôro (boôro oriental, orari)
Umutina (Barbados)

Botocudo Krenak – Nakrehé

Karajá Javaé
Karajá
Xambioá

Maxakali Maxakali
Pataxó
Pataxó háhähäe

(Outras línguas) Guató
Ofayé (ofayé-xavánte)
Rikbaksá (erikbaksá, arikpaksá)
Yatê (fulniô, karnijó)

Karib Apalai (aparaí)
Atroari
Galibi do Oiapoque
Hixkaryána
Ingarikó (kapong, akawáio)
Kaxuyána
Makuxi
Mayongóng (makiritáre, yekuána)
Taulipáng (taurepá, pemóng)
Tiriyá (tirió)
Waimiri
Waiwái

Warikyána
Wayána (urukuyána)

Arára do Pará
Bakairi
Kalapálo
Kuikúro
Matipú
Nahukwá (nafukwá)
Txikão [ikpeng – LS]

Aruak Apurinã (ipurinã)
Baniwa do içana
Baré
Kámpa
Mandawáka
Mehinaku
Palikúr
Paresi (haliti)
Piro
Manitenéri
Maxinéri
Salumã (Enawenê-nawê)
Tariána (Taliáseri)
Yurupari-tapúya (yemi)
Teréna (Teréno)
Wapixána
Warekéna (Werekéna)
Waurá
Yabaána
Yawalapiti

2. Famílias menores

Arawá Banawá-jafi
Deni
Jarawára
Kanamantí
Kulina
Paumari
Yamamadi (jamamadi)

Guaikurú Kadiwéu

Katukína Kanamarí

Katawixi (?)
Katukina do Blá / Jutai
Txunhuã-djapá

Makú	Bará (Makú-Bará) Guariba (Wariwa-tapúya) Húpda Kamã Nadêb (Nadêb) Yahúp
Mura	Mura Pirahã
Nambikwára	Nambikwára do Norte Lakondê Latundê Mamaindê Nagarotú Tawandê (tagnáni) Nambikwára do Sul Galera Kabixi Mundúka Nambikwára do Campo Sabanê
Pano	Amawáka Karipúna Katukina do Acre (wanináwa) Kaxarari Kaxináwa (kaxinawá) Marúbo Matis Mayorúna Nukuini Poyanáwa Xanenáwa* Xawadáwa* Yamináwa Yawanáwa
Tucano	Barasána (barasáno, bará) Desána (desáno, winá)

Juriti (yuriti-tapúya, wahyára)
Karapaná (karapaná-tapúya, mehtã)
Kubéwa (kubéu, kubewána, pamiwa)
Pirá-tapúya (waikana)
Suriána (surirá)
Tucano (tukána, dahseyé)
(Arapáso, koneá)
(Miriti, miriti-tapúya, neenoá)
(Tariána)
Tuyúka (dohká-poára)
Wanána (wanáno, kótiria)
Yebá-masã (yepá-mahsã, yepá-matsó)

Txapakúra Pakaanóva (orowari)
Torá
Urupá

Yanomámi Nimám (yanám)
Sanumá
Yanomám (Yainomá)
Yanomámi

3. Línguas isoladas

Aikaná (aikanã, huarí, maská, tubarão, kasupá, mundé, corumbiára)
Arikapú
Awaké
Irántxe (iranxé)
Jabutí [djeoromitxi]*
Kanoê (kapixaná)
Koaiá (arara)
Máku
Mynky (münkú)
Trumái
Tukúna (tikúna)

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Dom L.M. Índios e Roraima, *Folha de S. Paulo*, cad. A2, 10/jun./00.

ANCHIETA, Pe. J. de. *Arte de Grammatica da Lingoa mais Usada na Costa do Brasil* Coimbra, 1595. Edição facsimilar, São Paulo: Loyola, 1990.

AYROSA, P. *Apontamentos para a Bibliografia da Lingua Tupi-Guarani* São Paulo: Universidade de São Paulo, ano.

- BORGES, M.V. Falas feminina e masculina no karajá: diferenças silábicas. In: SILVA, F.L.L. et al. (orgs.). *Anais do II Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul* Florianópolis: UFSC, 1997. CD-rom.
- CÂMARA Jr., J.M. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras* Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.
- CAMERON, D. et al. Ethics, advocacy and empowerment: issues of method in researching language. *Language & Communication*, 13 (2): 81-94, 1993.
- DERBYSHIRE, D.C. *Hixkaryana*. *Lingua Descriptive Studies*, 1. Amsterdam: North-Holland, 1979.
- ERIKSON, P. An annotated panoan bibliography. *Amerindia*, Paris, 19 (1), 1994.
- EVERETT, D.L. Formal Linguistics and Field Work. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos* Campinas: Unicamp, (22), 1992.
- FACUNDES, S. *The Language of the Apurinã People of Brazil (Maipure/Arawak)*. Buffalo: University of New York, 2000. [Tese de doutorado].
- FARGETTI, C.M. Sistemas vocálicos em línguas indígenas brasileiras. Anais do II Seminário do CELLIP, Londrina: UEL, 1988.
- _____. *Análise Fonológica da Língua Juruna*. Campinas: Unicamp, 1992. [Dissertação de mestrado].
- FIGUEIRA, Pe. L. *Arte de Gramática da Língua Brasilica*. Lisboa: editora, 1686.
- GONÇALVES, C.H.R.C. *Concordância em Munduruku*. Campinas: Unicamp, 1987.
- GREENBERG, J.H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: GREENBERG, J.H. *Universals of Language*. Cambridge: MIT Press, 1963.
- KRAUSS, M. The world's languages in crisis. *Language*, 68: 4-10, 1992.
- LADEFOGED, P. Discussion Note. Another view of endangered languages. *Language*, 68: 809-811, ano.
- LARAIA, R.B. *Cultura. Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- LEITE, Y.F. O Summer Institute of Linguistics: Estratégias e Ação no Brasil. In: *Religião e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 7: 60-64, 1981.
- LÉRY, J. de. *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1980.
- LYONS, J. *Introdução à Lingüística Teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- OITICICA, J. Do método de estudos das línguas sul-americanas. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 9: 41-81, 1933.
- MOORE, D.G. *Surface Phonemes*. Belém, 1982. [Manuscrito].
- PACHECO, F.B. Aspectos da gramática ikpeng (Karib). Campinas: Unicamp, 1997. [Dissertação de mestrado].
- ROBINS, R. & UHLENBECK, E.M. *Endangered Languages*. Oxford: Berg Publishers, 1991.
- RODRIGUES, A.D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.
- _____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *Delta*, São Paulo, 9 (1): 83-103, 1993.

_____. O conceito de língua indígena no Brasil, I: os primeiros cem anos (1550-1650) na Costa Leste. *In: Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, São Paulo: Pontes, (1), 1998.

SANTOS, L.C. Descrição de aspectos morfossintáticos da língua suyá (kinsédjê) – família je. Florianópolis: UFSC, 1997. [Tese de doutorado].

SEKI, L. Sobre as partículas da língua kamaiurá. *In: CENSABELLA, M. & BARROS, J.P.V. (orgs.). Actas de las III Jornadas de Lingüística Aborígen*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997a.

_____. *Gramática do Kamaiurá – língua tupi-guarani do Alto Xingu*. Campinas: Unicamp, 1997b. [No prelo].

_____. A lingüística indígena no Brasil. *In: Lingüística*, revista da ALFAL. Campinas: Unicamp, 11:2000.



Comunicações



